

# Situação Financeira e Relatório de Actividades

**Abril 2012**

Exm.º Senhor Presidente  
E Senhores Membros da Assembleia Municipal

Como determina a Lei, vem o executivo apresentar a V.as Ex.as a Situação Financeira geral e o Relatório de Actividades correspondente a este período que medeia entre Assembleias.

## **Receita**

O total de receitas neste momento soma 5.015.708 euros. As receitas correntes somam 3.263.343 euros e as receitas de capital 1.752.364 euros.

Nas **receitas correntes** destacamos as transferências do FEF no valor de 1.984.232 euros, 265.345 euros da DREN de despesas de pessoal, 104.763 euros de impostos directos onde constam 17.390 euros de IMI, 41.272 euros de imposto de circulação e 46.101 euros de IMT. De derrama não recebemos qualquer valor.

De taxas foram cobrados 52.945 euros, destacando-se 43.272 euros de loteamentos e obras.

De venda de serviços cobramos 317.498 euros, destacando-se 57.148 euros de venda de água e 107.301 euros de tarifa de disponibilidade. Recebemos apenas 63.291 euros de tarifa de saneamento, incluindo a tarifa de disponibilidade. De Mercados e Feiras recebemos 15.900 euros.

Recebemos de tarifa de resíduos sólidos, 51.337 euros. Recebemos do Alvadia 22.500 euros. A produção eólica já vai em 180.474 euros. De rendas da concessão da EDP recebemos 114.001 euros e dos Centro Eletroprodutores 86.574 euros.

Recebemos 24.674 do POPH.

Nas **receitas de capital** 1.252.456 euros são do FEF.

Recebemos 434.926 euros da ON.

## **Despesa**

O total de despesa é de 3.303.690 euros.

As **despesas correntes** somam 2.265.327 euros e destacamos 972.456 euros de despesas de pessoal. Liquidamos 1.002.738 euros de bens e serviços onde se incluem os elevados encargos dos transportes escolares de iluminação pública e

de edifícios, combustíveis e ainda as volumosas despesas com educação e muitas pequenas aquisições para inúmeras obras por administração directa. Fizemos transferências e subsídios no valor de 224.246 euros.

Nas **despesas de capital** o total é de 1.038.362 euros e destacamos 690.918 euros de investimentos e 163.160 euros de transferências.

### **Dívida e apreciação das contas**

A dívida a fornecedores e empreiteiros soma 742.226 euros. Não há dívidas superiores a 60 dias.

Temos em conta bancária a prazo 2.000.000,00 euros mais 892.000, 00 euros à ordem.

Temos facturas pagas e verbas a receber de mais de 1 milhão de euros da ON2, Interreg, PRODER, Turismo e IRU.

## **RELATÓRIO DE ACTIVIDADES**

O tempo não tem permitido avançar com as obras da forma que se pretende, mas tem havido evolução. As questões administrativas e burocráticas ajudam a retardar, e cada vez mais.

**UCC** – A empresa retomou os trabalhos e tem dado boas indicações de avançar normalmente com a obra.

**CENTRO ESCOLAR** – Depois de muita ponderação aceitamos a proposta de prorrogação do empreiteiro. Podíamos rescindir e aplicar multas, mas os prazos para um novo concurso eram muito apertados e corríamos o risco, não só de perder o financiamento que falta, mas de entrar em incumprimento total do contrato e abrirmos um grave conflito com a ON que solicitaria a devolução de todo o dinheiro recebido.

A obra, segundo informação técnica, está a decorrer bem, e dentro das condições acordadas.

**REGENERAÇÃO URBANA SEDE DO CONCELHO** – A obra está em fase de conclusão. A rua à volta da escola até à piscina aguarda a posse administrativa dos terrenos que está na fase final. Há outros trabalhos, de pavimentações, reparações e acabamentos que não se podem efectuar neste período de inverno.

**REQUALIFICAÇÃO DE SALTO I E II** – Foram lançados os concursos e o processo já estava bastante adiantado. Cada uma das obras ultrapassava os 200 mil euros. O PRODER financiava até 200 mil e a Câmara suportava o resto, como acontece na ON. Mas chegou-nos o entendimento de que o PRODER só considera 200 mil – valor do projecto. Leis à Portuguesa! Sendo assim tivemos de proceder

a alterações ao projecto, o que implica anulação do concurso e novos procedimentos.

**REDES DE ÁGUA** – Foram adjudicadas, e decorrem os trabalhos das empreitadas das redes de água e arruamentos de Ponteira, Zebral e Lamas. As obras de Currais sofreram um atraso devido a problemas com os acessos, mas vão iniciar-se.

**PARQUE DO CÁVADO II** – Está adjudicada a obra. Não há visto do Tribunal de Contas para se poder iniciar. Aguardamos a celebração do PDR da EDP, já acordado no âmbito dos protocolos celebrados, para se dar suporte orçamental à obra e obter o visto do Tribunal de Contas.

**CASA ECOMUSEU – FAFIÃO** – Tratava-se também de uma obra financiada pelo PRODER que ultrapassava os 200 mil euros. Tivemos que proceder da mesma forma dos projectos da urbanização de Salto. E vai agora para concurso pelos valores exigidos. São dois concursos quando podia ser só um.

**PARQUE TEMÁTICO DAS MINAS DA BORRALHA** – Estão em fase de conclusão as seguintes empreitadas no valor de 410 mil euros:

- 1 – Central de compressores – recuperação e consolidação do edifício;
- 2 – Central de compressores – Beneficiação de arranjos exteriores e musealização;
- 3 – Grupo D – Edifício dos encarregados e vigilantes do guincho – consolidação;
- 4 – Grupo D – Antigo cinema e balneários – consolidação;
- 5 – Núcleo do stockwerk – elevadores – consolidação;
- 6 – Fundição - consolidação do edifício.

Estão em concurso público, pelo valor total de projecto de 1.461 mil euros, as seguintes empreitadas:

- 7 – Edifício escritório – beneficiação, musealização e arranjos exteriores; (propostas entregues)
- 8 – Grupo D – Beneficiação, musealização e arranjos exteriores; (em concurso)
- 9 – Fundição – Beneficiação, musealização e arranjos exteriores. (em preparação)

**RECUPERAÇÃO DO CASTELO** - Finalmente foram entregues os projectos do castelo e muralha e dos arranjos exteriores. O concurso vai ser lançado de imediato.

**AUDITÓRIO MUNICIPAL** - Ainda não foi possível avançar com o concurso da obra que pretendemos realizar de beneficiação do sistema de aquecimento e dos cenários do palco.

**BENEFICIAÇÃO DAS PISCINAS** – Também ainda não foi possível avançar com o concurso da obra de alteração do sistema de aquecimento da água e do ambiente, que vai reduzir os custos para ¼, embora esta obra esteja prevista nos protocolos da EDP.

**EM MONTALEGRE CHAVES** – As propostas da empreitada total da obra foram abertas. A preocupação neste momento é sobre a capacidade da empresa com melhor preço que baixou 32% em relação à base (1.921.257,29 Euros).

**REDE VIÁRIA I** – Os trabalhos foram retomados. Já foram feitas as seguintes intervenções:

- Estrada Seara Gondeães. Foram feitos os alargamentos e aplicado o tout venant. Está pronta para o betuminoso.
- Estrada Vila da Ponte – Bustelo. Foram feitos os trabalhos de alargamento e regularização. Estão a aplicar tout venant para brevemente seguirem com o betuminoso.
- Estrada de acesso a Frades. Foi concluído o trabalho com aplicação do betuminoso.
- Estrada de acesso a Sezelhe. Foi feita a recarga em betuminoso.
- Estrada de acesso a Travassos do Rio. Decorrem os trabalhos, vai ser aplicado o betuminoso por estes dias.

**BENEFICIAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL** – Está a decorrer o processo para concurso da obra.

**PAVILHÃO MULTIFUNÇÕES DE SALTO** – Foram abertas as propostas. O valor da melhor proposta é de 560.920 euros. Estamos a encontrar enquadramento orçamental e só depois avançará a adjudicação.

Já agora convém saber que esta obra, do pavilhão multi-funções, que serve para a prática desportiva, nomeadamente futsal e para apoio às actividades sócio-económicas, custa 560 mil euros. O pavilhão, desportivo apenas, que não servia para futsal, adjudicado anteriormente, custava 658 mil euros.

### **Outras Accões e Trabalhos vários nas Freguesias**

Limpeza de bermas e valetas  
Manutenção da rede viária  
Muro de Frades  
Manutenção de vários caminhos  
Muro suporte S. Lourenço  
Muro em S. Ane  
Beneficiação caminho da Corva  
Beneficiação caminho Reboreda  
Melhoramento acesso ponte do Mirote – Salto  
Caminhos agrícolas Solveira  
Caminho Torgueda S. Vicente e pontilhão

Arruamentos em Venda Nova  
Apoio arruamentos Sabuzedo  
Substituição e plantação de centenas de árvores  
Construção de Pesqueiros no lago da Quinta da Veiga

### **Águas/Saneamento**

É uma área que exige grande esforço de manutenção e investimento permanente para garantir o abastecimento de água e a sua qualidade.

Construção de vários ramais de água e saneamento  
Beneficiação depósito Santa Catarina – Montalegre  
Beneficiação captação Aldeia Nova/Corujeira  
Beneficiação poço de bombagem Peirezes  
Limpeza de depósitos e captações  
Requalificação estação bombagem Rigueiro de Sás  
Captação de água na Gorda  
Reforço água Pitões – 4 captações e adutora  
Beneficiação depósito e captação de Nogueiró  
Beneficiação captação Vila Nova/Viveiro  
Sistema de tratamento saneamento Pisões – Fossa concluída. Aguarda-se autorização para passagem num terreno para proceder à ligação da adutora.

Para além destas intervenções apoiamos a Junta de Ferral para promover apoio habitacional a carenciados, a Junta de Cambezes e Venda Nova para arruamentos, e a Junta de Pitões para a manutenção e funcionamento do Pólo do Ecomuseu.

Adquirimos um aspirador do lixo para adaptar em camião e um veículo móvel de limpeza urbana para a vila de Montalegre.

Prestamos apoio técnico e administrativo, para além de termos elaborado alguns dos projectos de vários regadios em execução ou em concurso.

Um trabalho que tem feito perder muito tempo aos nossos funcionários é o apoio no combate aos incêndios que se transformaram em praga criminosa e vergonhosa.

### **Transferências e subsídios**

Para além das obras e despesas correntes, transferimos os valores abaixo indicados e iniciamos o pagamento dos subsídios aos agricultores, havendo já liquidado a maior parte.

## **Transferências correntes 2012**

ENTIDADE BENEFICIÁRIA		TRANSFERÊNCIA
ASSOCIACAO A COLMEIA		1.000,00
ASSOCIACAO BORDA D'AGUA		7.749,00
ASSOCIACAO CULTURAL PARAFITA		4.623,00
ASSOCIACAO HUMANITARIA BOMB.VOL. SALTO		12.300,00
ASSOCIACAO HUMANITARIA BOMBEIROS V. MONTALEGRE		10.299,00
ASSOCIAÇÃO NACIONAL MUNICÍPIOS PORTUGUESES	QUOTA	4.756,00
ASSOCIACAO SOCIAL CULTURAL PAREDES RIO		1.248,00
ASSOCIAÇÃO PROD. FUMEIRO TERRA FRIA BARROSÃ		2.400,00
BARROSANA - ASSOCIAÇÃO CULTURAL	POCS	3.074,07
CENTRO DESPORTIVO CULTURAL MONTALEGRE		9.600,00
CENTRO SOCIO CULTURAL TRABALHADORES CAMARA M.MONTALEGRE	feira de Natal	5.122,00
CRUZ VERMELHA PORTUGUESA / MONTALEGRE		5.000,00
ECOMUSEU - ASSOCIAÇÃO BARROSO	Funcionamento	6.249,00
	Atividades	20.000,00
	Apoio Estágios	4.658,27
GRUPO DESPORTIVO ASSOCIAÇÃO C.R.VILAR DE PERDIZES		7.500,00
GRUPO DESPORTIVO CULTURAL SALTO		5.666,00
LIGA AMIGOS HOSPITAL CHAVES		1.867,33
IRMANDADE SANTA CASA MISERICORDIA MONTALEGRE		3.750,00
TURISMO PORTO NORTE PORTUGAL	QUOTA	1.500,00
PRODUÇÃO PECUÁRIA	Agricultores	105.884,58
	<b>TOTAL</b>	<b>224.246,25</b>

## **Financiamentos Excepcionais 2012**

ENTIDADE BENEFICIÁRIA	TRANSFERÊNCIA
ASSOCIACAO HUMANITARIA BOMB.VOL. SALTO	53.000,00
ASSOCIACAO HUMANITARIA BOMBEIROS VOLUNTARIOS MONTALEGRE	106.000,00
CENTRO DESPORTIVO CULTURAL MONTALEGRE	4.160,00
	<b>TOTAL</b>
	<b>163.160,00 €</b>

Para além de tudo isto, apesar de um espaço de tempo curto, a Câmara desenvolveu uma série de iniciativas, de forma autónoma ou em parceria com outras organizações, merecendo destaque:

## **Na Biblioteca**

- Dia Internacional da Mulher
- Dia da Árvore
- Dia da Poesia
- Semana Europeia de competência TIC
- Exposição de Crucifixos
- Dia Internacional do Livro
- Itinerâncias Sócio-Culturais
- Semana da Leitura
- Envolvimento na Sexta 13

## **No Ecomuseu de Barroso**

- Exposição "25 anos de Saudade – 25 Abril"
- Dia do Pai
- Actividades "Usos e Costumes do Regadio"
- Associação da Via Sacra na Vila pelo grupo do CEB
- Funcionamento com ocupação de crianças no atelier do Ecomuseu
- Celebração de Protocolo com o Turismo do Douro para promoção conjunta
- Exposição mostra de design
- Aulas de Pintura no Pólo de Salto

## **Outras Iniciativas**

- Apoio Carnaval nas aldeias
  - Apoio Feira de Pitões
  - Oferta de sessão de circo às crianças do 1º ciclo
  - Apoio nos jogos da Amizade da PT que escolheu Montalegre durante um fim de semana
  - Participação no Fórum Mundial da Água
  - Queima do Judas
  - Espectáculo no Auditório com o Orfeão Universitário do Porto
- O concelho foi privilegiado com várias iniciativas na comunicação social merecendo especial atenção o programa da RTP do Ecomuseu em Salto, a promoção da Sexta 13 e, diga-se também, porque é justo, a reportagem da SIC sobre a TV Barroso. A SIC esteve em Montalegre a gravar para um programa novo, que procura mostrar ideias originais, e escolheu a sexta 13.
- Merece especial referência a participação do município na Feira de Nanterre e o convívio com os emigrantes. Trata-se de um dia muito especial, de vaidade e orgulho que eleva a auto-estima dos barrosões radicados no estrangeiro. Mas serve sobretudo para o merecido reconhecimento que devemos aos nossos emigrantes pelo contributo que eles dão ao país e, particularmente à sua terra.

- A Sexta 13 de Abril, apesar do temporal, permitiu confirmar que criamos um cartaz de excelência e que realizamos em Montalegre, seguramente, o melhor espectáculo de rua de Portugal, e um dos que assegura maior cobertura mediática. Agora até a SUPER BOCK criou um cartaz inspirado na Sexta 13 e dedicado a Montalegre.

Já fizemos aqui um investimento significativo, mas o retorno imediato é muito superior. Mas continuamos a ter aqui um filão que ainda pode dar mais. E, em Julho, faremos ainda mais e melhor.

- Mas, para concluir, quero referir a decisão histórica que foi tomada para Montalegre, que tem a ver com as rendas das barragens, e apesar de já o ter feito publicamente, permitam-me que deixe uma declaração, perante esta Assembleia.

## **RENDAS EDP**

*(comunicação pública de 29 Fevereiro 2012)*

A produção hidroelétrica é um fator de desenvolvimento económico, e indispensável para o país se libertar da dependência do petróleo. Ajuda a economia e as finanças públicas porque deixamos de pagar ao estrangeiro aquilo que consumimos.

De tal maneira isso é importante que o Governo anterior, e bem, lançou uma série de concursos para novas barragens para aproveitarmos melhor os nossos recursos, para aumentarmos a produção de energias renováveis, protegendo também o ambiente.

Estes novos concursos consagram a obrigação destes investimentos **“contribuírem para o desenvolvimento sócio-económico da região onde se vão desenvolver”**. Nada mais justo. Isso permite medidas de compensação e contrapartidas traduzidas em investimentos e infraestruturas que atenuem os impactos negativos das barragens e que contribuam para o desenvolvimento da região. E, em praticamente todas as barragens, para além destas medidas, foi negociada uma renda para os municípios que, nalguns casos, é superior a 2,5% da produção.

Ora, se o governo exige estas medidas dos concessionários das novas barragens, dando às regiões o direito de participarem na riqueza que se produz para o país, será de elementar justiça que o mesmo princípio se aplique no caso das barragens já construídas que, na sua maioria, funcionam há dezenas de anos, que já têm os investimentos amortizados e que já viram a sua concessão renovada com encaixes de volumosas receitas recentes para os cofres do Estado.

Os municípios com barragens, quase todos do interior, empobreceram desde a sua construção, entre outras, pelas seguintes razões:

**Em muitos casos, os melhores vales agrícolas foram inundados e perdidos;**

**A produção agrícola e pecuária foi reduzida nessas regiões e deixou de se aproveitar muito recurso florestal e recursos naturais como, por exemplo, a exploração de granitos;**

**Os municípios deixaram de receber IMI dos terrenos inundados;**

**Da mesma forma, deixaram de receber IMT porque os terrenos mortos, por inundados, deixaram de ser comercializados ou transmitidos;**

**As regiões sofreram perdas ambientais e alterações ao clima com o aparecimento frequente de nevoeiros, prejudicando também culturas tradicionais da zona envolvente;**

**Os lençóis de água criados, apesar do grande impacto inicial, fazem hoje parte da paisagem, nalguns casos mesmo da beleza até, mas, como se pode confirmar, são raros os aproveitamentos turísticos;**

**As populações viram-se privadas de acessibilidades existentes e, em muitos casos, ainda hoje se vive o trauma das aldeias submersas e da usurpação de baldios à boa maneira salazarista;**

**Para além de tudo isto, muitas barragens estão agora a ter aproveitamentos para aumento de potência e para bombagem de noite para produzir mais energia nas horas de ponta, levando este processo à retenção da água, o que vai implicar, inevitavelmente, a alteração da sua qualidade;**

**Esta nova modalidade de aproveitamento vai causar bruscas descidas e subidas do nível das águas das albufeiras, provocando impacto visual e ambiental das zonas mortas e dificultando o aproveitamento para desportos ou para o turismo, também por razões de segurança;**

**Recentemente, a lei do regime da proteção das albufeiras e águas públicas cria impedimentos ao uso agrícola dos solos na área dos 100m do nível máximo e impõe grandes restrições ou impedimento mesmo a iniciativas urbanísticas nos 1000m , causando graves prejuízos aos proprietários e, com isso, á região;**

**Em Montalegre produz-se entre 100 e 150 milhões de euros de energia por ano com as barragens, mas o concelho continua pobre e está entre os que têm menor poder de compra, apesar de participar no PIB nacional com a percentagem da média da região. E não recebe impostos, nem têm emprego. Isto é, produz riqueza e não fica cá nada.**

**Se em vez da produção de energia tivéssemos outro tipo de indústria que faturasse esses valores, teríamos riqueza e emprego e seríamos um concelho desenvolvido.**

**Assim,**

**1. Os municípios com barragem sofreram grandes prejuízos desde a sua construção.**

**2. Os municípios com barragens já antigas estão a ser discriminados tendo em conta as contrapartidas, compensações e rendas acordadas com as novas barragens.**

**3. Não se entende também porque é que a lei que define uma renda de 2,5% para as eólicas não foi seguida para as barragens, tendo estas mais prejuízos, e impactos bem mais negativos, quer ambientais, quer económicos;**

Foi com base nestes e noutros argumentos que a Câmara de Montalegre, há mais de 15 anos, lançou um trabalho junto do Governo e da opinião pública para se corrigir essa injustiça.

Esse trabalho teve altos e baixos.

Teve aliados e opositores. Teve concordâncias e discordâncias. Teve algumas promessas, sobretudo em maré eleitoral. Muitos desanimaram-me, mas muitos davam-me alento e força para continuar. Umas vezes sozinho, outras, mal acompanhado, lá fomos construindo o caminho.

Como ouvi dizer, na última Assembleia Municipal, numa intervenção da Dr<sup>a</sup> Ana Isabel Dias, que o Dr. João Soares secundou, referindo, e bem, a sua qualidade e oportunidade, - "muita gente não acredita que uma Câmara pequena consiga impor-se à EDP e, portanto, não valia a pena, essa "luta", até porque os centralistas de Lisboa a combatiam porque acham que o dinheiro para o interior é para desperdiçar."

Mas nós sabíamos que a batalha era justa e que qualquer mudança só se faria com muito trabalho e com muita teimosia.

Não tínhamos nada a perder.

Mas fizemos muitas viagens em vão.

Roubamos muito tempo que fazia falta para outras coisas. Fizemos estudos e pagamos pareceres. Gastamos dinheiro.

Durante 15 anos aconteceu de tudo um pouco. Quase deixei de ser da terra das batatas para ser - "o das barragens".

Colocava o discurso na política, na vida partidária, nos fóruns autárquicos. Foram vários os PM's que prometeram e foi mais que um os que me enganaram. Mas depois de uma derrota, levantava-me outra vez.

Não tenho dúvidas que foi a nossa insistência que fez pedagogia, que permitiu a muitos autarcas compreenderem melhor a injustiça que se estava a praticar sobre os seus concelhos e foi a nossa persistência que levou a EDP a ter de tratar o assunto com outro cuidado e a abrir a porta a uma solução, tornando-se mesmo, a partir de determinada altura, como nossos aliados.

E é nessa fase que compreendi que estávamos perto de ter um resultado. Então a ANMP assume completamente o processo, embora eu continuasse empenhado na direção da secção dos municípios com barragens.

A teia já estava montada. Já reuníamos 80 presidentes de Câmara, já havia muita gente a falar. E já todos acreditavam.

E chegamos ao dia 27 de Fevereiro de 2012. Na barragem do Picote em Miranda, assinou-se o compromisso. A EDP reconhece que o DL 424/83 que estabelece as rendas dos centros electroprodutores está ultrapassado.

Um dia bom para Montalegre!

Um dia que fica na história pelo impacto que esta decisão implica para a sustentabilidade das finanças do município e para o desenvolvimento do concelho e o bem estar da sua gente.

É o precedente que se cria e o reconhecimento do princípio sagrado de que as regiões devem participar na riqueza que dão ao país.

Como em todos os acordos, há sempre uma parte que quer mais, outra que quer menos. Mas é o acordo. Fica muito aquém do que era justo. Mas está feito. É tarde, mas vale mais tarde do que nunca.

E para os tempos que correm, em que os municípios veem todos os dias as suas receitas a cair, não está mal. - Temos uma a crescer. E bem. E com os aumentos de potência que decorrem nas nossas barragens, e com o que se irá fazer em Paradela, irá crescer ainda mais.

As receitas próprias do município, com base no IMI, IMT, Derrama, Imposto Automóvel, venda de água, tarifas, resíduos e saneamento vão agora ter mais uma parcela responsável por um aumento de 20 a 30%. E de forma duradoura. E mais, sem onerar os contribuintes. Recebíamos cerca de 70 mil euros e vamos cerca de 700 mil.

Somos o concelho que recebe o maior valor das 80 Câmaras com barragens. É pouco, mas temos um aumento de cerca de 700%.

Os critérios de distribuição privilegiam a área inundada e a energia produzida.

Não são beneficiadas por este acordo aqueles municípios abrangidos por barragens novas e onde já se tinha criado um fundo que recebe entre 2 e 3% da produção de energia.

E este valor, que a EDP aceitou voluntariamente pagar, sai dos seus lucros e não afeta a fatura dos consumidores.

Para se conseguir dar legalidade a esta disponibilidade da EDP celebrou-se um protocolo que estabelece uma espécie de réplica do sistema de fundos que criou noutras barragens novas. Mas mais prático. Enquanto que nos outros manda o Ambiente, neste manda a EDP e as Câmaras, através da ANMP.

Mas define-se aí que o dinheiro é canalizado para financiar projetos e, prioritariamente para "iniciativas concretas relacionadas com sustentabilidade, nomeadamente projetos de natureza social, educativa, ambiental, na área da saúde ou do desenvolvimento regional."

Há mais uma vantagem neste acordo. As rendas são pagas em Abril e dizem respeito ao ano anterior. Pois daqui a pouco tempo já vamos receber, e pelas novas regras, porque a EDP concordou pagar já 2011 por esses valores.

Minhas Senhoras

Meus Senhores

Não nos saiu o euro milhões.

Ganhamos uma batalha. E a guerra continua. A nossa determinação em corrigir os desequilíbrios e as injustiças praticadas com o interior e o mundo rural não acabou aqui.

Um concelho que dá de IVA ao Estado cerca de 40 milhões de euros de venda de energia hídrica e eólica não pode continuar com 50% do poder de compra nacional.

Um concelho onde há meia dúzia de empresas que faturam 200 milhões de euros/ano sem pagar matéria prima devia ser um concelho rico e com emprego.

O país ficou escandalizado e bem, por ver um senhor dos supermercados (daqueles que enriquecem à custa do salário de 450 euros pagos aos seus trabalhadores) levar a sede da sua empresa para a Holanda para pagar lá os impostos dos lucros que gera em Portugal.

Pois nós, os Barrosões, os amigos do interior e do mundo rural, os amigos do Portugal solidário e do desenvolvimento harmonioso do país, também estamos escandalizados porque as empresas que enriquecem no interior, que tem os

lucros gerados na nossa terra, também pagam impostos... não em Montalegre... mas em Lisboa.

E são estas batalhas que exigem a mesma determinação de sempre, que é preciso continuar.

E nós cá estamos para ajudar, nestas e noutras. E não tenho dúvidas que, para além do meu mandato, o meu substituto estará à altura e fará o que fez o substituto do Dr. Pires.

Mas também não nos saiu o euromilhões para pensarmos que somos ricos e começar a esbanjar dinheiro. Mantém-se o rigor e a austeridade.

Nesta altura as contas da Câmara estão em ordem e referem um depósito bancário e outros créditos que rondam os 3 milhões de euros. E não devemos nada a mais de 60 dias nem às Águas de Portugal nem aos resíduos sólidos.

O que vamos receber, fica aquém do que merecíamos, mas é muito bom, sobretudo em tempo de crise e vai aumentar este mealheiro.

E quero dizer-vos, com clareza, para onde vai esse dinheiro. As próximas três prestações servirão para fazer a estrada para Chaves/A24 e a de Salto a Cabeceiras/A7. São as obras mais importantes que temos para fazer. Servem para todos. É o investimento que mais impacto tem na economia e na criação de riqueza e emprego na região.

Claro que as freguesias com terrenos inundados têm a legítima expectativa de beneficiar destes fundos. Mas ao aplicar estas verbas nas obras que referi teremos outros recursos próprios disponíveis para fazer investimento, muito investimento, nessas e noutras freguesias.

Minhas Senhoras  
Meus Senhores

Tínhamos um acordo com a EDP, relativamente a compensações de Venda Nova II que vai financiar projetos até 1,5 milhões de euros. Temos agora mais esta pequena gentileza da EDP. E quero, por isso, agradecer à administração da empresa. A EDP esteve sempre disponível para dialogar, mesmo quando nós criticávamos. E é pena que a EDP não continue a ter um quinhão público onde todos os portugueses se pudessem rever. Mas a empresa saberá, certamente, respeitar a sua história e manter a preocupação e a intervenção no domínio sócio-económico das regiões onde está inserida.

Quero agradecer à comunicação social. Há alguns sectores que casam com os interesses ideológicos e dos grandes grupos económicos. Mas a sua maior parte cumpre escrupulosamente o seu dever. E neste caso cumpriu bem e ajudou-nos muito.

Agradecer à ANMP e ao seu Secretário-Geral, o Eng.º Artur Trindade que, com grande competência, como sempre, deu o safanão necessário para se chegar aqui.

Ao meu colega Dr. Domingos Dias, de Vila Pouca de Aguiar, que presidia à direção onde eu estava, na secção dos municípios com barragens que, apesar de ainda não ter barragens, compreendeu depressa as reservas que eu coloquei à sua construção no Alto Tâmega, que ficou também como eu um homem das barragens, e que conseguiu um compromisso político partidário decisivo.

E, finalmente, dizer, com toda a franqueza, que este Governo, apesar de reduzir as verbas que a EDP estava disposta a pagar, fez o que os outros não fizeram.

Seria injusto nesta altura se eu não dissesse que continuei um trabalho iniciado com o Dr. Pires. E não vale a pena ninguém pôr-se em bicos de pés quando podia ter feito e não fez. E a nós, o que nos inspira é a história, por isso, fica aqui a minha homenagem a alguém que teve grande sucesso jurídico no país na altura e conseguiu meios importantes para a época, ganhando também aos poderosos, ao ver o tribunal dar-lhe razão na ação que interpôs contra a HICA, o Dr. João Canedo.

Minhas Senhoras  
Meus Senhores

Quero dizer-vos, finalmente, que esta é uma pequena vitória do trabalho e da continuidade. Mas continuamos a ter muitas para conquistar.

É uma vitória de todos os Barrosões, daqueles que me apoiaram, que me ajudaram e daqueles que me deram o prazer e o orgulho de ao longo destes anos os representar e de poder ser o "presidente de todos os Barrosões".

*(in, Fernando Rodrigues, 29/02/2012)*

**Montalegre, Abril de 2012**

**O Presidente da Câmara**

**Dr. Fernando Rodrigues**